

26 DEZ 1986
JORNAL DA TARDE



pg 3

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, admitiu recentemente a hipótese de o PFL lançar candidato à presidência da Câmara se não houver um acordo no PMDB entre as candidaturas dos deputados Ulysses Guimarães (SP) e Fernando Lyra (PE). Segundo o ministro, em política "não se pode excluir hipótese alguma", embora considere que o PMDB como partido majoritário tem o direito de reivindicar o posto.

Maciel preferiu, no entanto, não opinar sobre as candidaturas de Ulysses e Lyra, e disse que o PFL não se imiscuirá em questões internas do PMDB. Ele acredita que haverá um acordo e negou que haja vetos do Palácio do Planalto à postulação do deputado Fernando Lyra pelo fato de a eleição do presidente da Câmara significar também a escolha do vice-presidente da República. "Estamos num regime democrático, e prefiro substituir a palavra

veto por voto", afirmou o ministro. Descartou ainda que existem

CONSTITUINTE

O PFL pode lançar também o seu candidato

sérias divergências entre PFL e PMDB em função dos últimos resultados eleitorais que ameacem romper com a Aliança Democrática. De acordo com Marco Maciel, as disputas se dão em nível regional, devendo os dois partidos andar juntos com vistas à elaboração da nova Constituição e consolidação do governo de transição do presidente José Sarney.

Já o ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra, acaba de ganhar em Minas Gerais um forte partidário de sua candidatura à presidência da

Câmara: trata-se do também deputado federal Leopoldo Bessone, do PMDB, o quinto constituinte mais votado em seu estado (73.082 votos) e que foi considerado o principal responsável pela aproximação de Lyra e o ex-presidente Tancredo Neves. Bessone se comprometeu a trabalhar a candidatura de Lyra junto aos demais 34 deputados federais do PMDB por Minas Gerais.

Leopoldo Bessone, filho do ex-consultor-geral da República, Dacy Bessone, e agora no terceiro mandato de deputado federal, não quis comentar a pretensão de Ulysses Guimarães no sentido de acumular, também, a presidência da Câmara. Mas mesmo sem citar o presidente nacional de seu partido, o deputado mineiro assegurou que "a reeleição para a presidência da Câmara é inconstitucional", acrescentando que "a Constituinte é coisa séria e não pode iniciar seus trabalhos na inconstitucionalidade". Para o deputado, Ulysses "tem todos os méritos para presidir a Câmara, mas a acumulação de alguns cargos não é legal".